

André Luiz dos Santos Nakamura

Prefácio
Irene Patrícia Nohara

DESAPROPRIAÇÃO

Comentários ao Decreto-Lei nº 3.365/41

Área específica

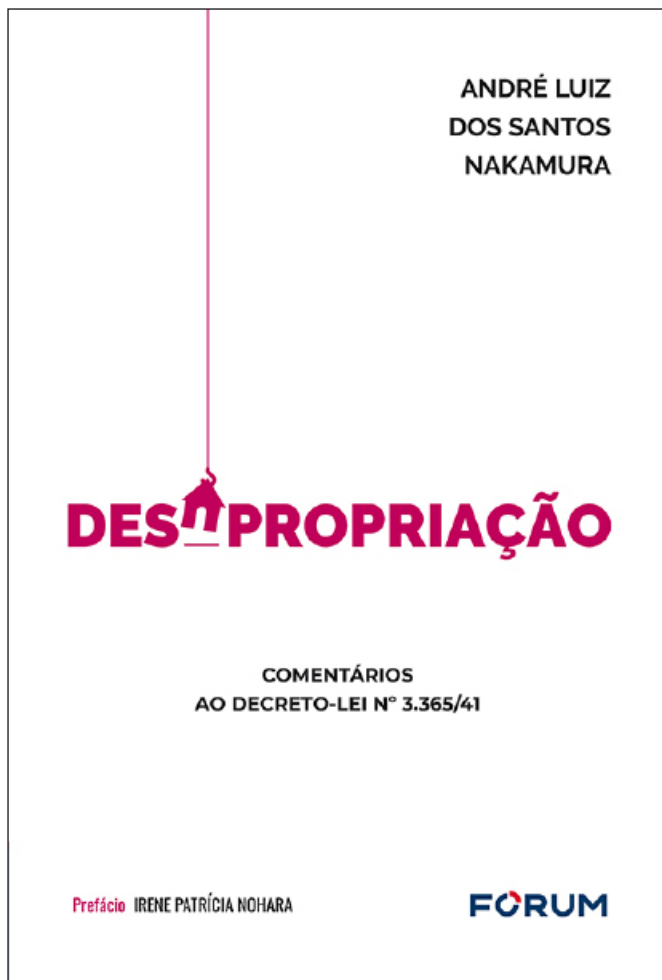
DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIREITO CIVIL E
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, ADVOGADOS, MEMBROS DA ADVOCACIA PÚBLICA, MINISTÉRIO PÚBLICO E MAGISTRATURA.



A disciplina legal da desapropriação, um dos institutos mais complexos e conflituosos do Direito Administrativo, é feita pelo Decreto-Lei nº 3.365/41, editado num período de exceção ao regime democrático. O Decreto-Lei nº 3.365/41 deve ser interpretado conforme a Constituição Federal de 1988, bem como de forma justa e equânime, visando a garantir o direito de propriedade do expropriado e, ao mesmo tempo, a satisfação do interesse público pelo expropriante.

O autor, com sua experiência profissional (Procurador do Estado, trabalhando diretamente com desapropriações há mais de 13 anos) e acadêmica (Professor, Doutor e Mestre em Direito), comenta cada artigo da Lei das Desapropriações (Decreto-Lei nº 3.365/41), realizando uma análise profunda e detalhada, guiado pela Constituição Federal e com fundamento na doutrina e Jurisprudência.

Trata-se de obra fundamental aos operadores do Direito, advogados, integrantes da Advocacia Pública, Magistratura e Ministério Público, bem como aos estudantes de graduação e pós-graduação em Direito.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001843

N163d Nakamura, André Luiz dos Santos
Desapropriação: comentários ao Decreto-Lei nº 3.365/41 / André Luiz dos Santos
Nakamura.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

261 p.
ISBN: 978-65-5518-204-0

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Civil. I. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

André Luiz dos Santos Nakamura é Procurador do Estado de São Paulo. Doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito do Estado da Escola Superior da Procuradoria do Estado de São Paulo. Professor titular na Universidade Paulista (UNIP). Professor palestrante no curso de especialização *lato sensu* em Direito Administrativo na PUC-SP. Professor na Escola Superior da Advocacia (ESA/SP).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Irene Patrícia Nohara	17
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	21
Art. 1º.	21
CONCEITO DE DESAPROPRIAÇÃO	21
A INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO.....	23
Art. 2º.	30
Desapropriação de bens públicos.....	31
Art. 3º.	37
Desapropriação no âmbito das contratações públicas – Lei nº 14.133/2021	40
Art. 4º.	43
DESAPROPRIAÇÃO POR ZONA	43
Art. 5º.	52
PRESSUPOSTOS PARA A DESAPROPRIAÇÃO (NECESSIDADE PÚBLICA, UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL)	53
DESAPROPRIAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAIS.....	54
RETROCESSÃO – DIREITO DE PREFERÊNCIA.....	55
Art. 6º.	59
Art. 7º	60
Art. 8º	62
Art. 9º	63
ÂMBITO DE COGNIÇÃO RESTRITO DA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO.....	63
POSSIBILIDADE DE CONTROLE EM AÇÃO PRÓPRIA: A DESAPROPRIAÇÃO COMO ATO ADMINISTRATIVO SUJEITO A CONTROLE JURISDICIONAL.....	66
Art. 10.	70

Prescrição do direito de propor ações que visem à indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público	72
Art. 10-A.....	74
Desapropriação amigável.....	74
Art. 10-B.....	76
ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO.....	76
Mediação e arbitragem – Diferenças	80
O princípio da indisponibilidade e o valor da indenização na desapropriação na mediação e arbitragem	81
Mediação e arbitragem na desapropriação e precatório.....	86
Do processo judicial.....	93
Art. 11.....	93
Art. 12.	95
Art. 13.....	96
Art. 14.....	97
Art. 15.	99
IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE NA DESAPROPRIAÇÃO	99
Art. 15-A.....	110
Juros compensatórios	110
Indenização de prejuízos hipotéticos mediante juros compensatórios	116
A nova disciplina dos juros compensatórios após o julgamento da ADI nº 2.332-2.....	121
Art. 15-B.	126
Os juros moratórios	126
Art. 16.	128
Art. 17.	130
Art. 18.	131
Art. 19.	132
Art. 20.	133

Art. 21.	135
Art. 22.	136
Art. 23.	137
Art. 24.	140
Art. 25.	141
Art. 26.	142
Data da fixação do valor da indenização.....	142
Direitos de terceiros na desapropriação	142
Fundo de comércio e desapropriação	146
INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS	150
Art. 27.	153
A JUSTA INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO	153
VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA COMO CRITÉRIO PARA A APURAÇÃO DA JUSTA INDENIZAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO.....	158
Desistência da desapropriação e justa indenização	167
Art. 28.	176
Reexame necessário	177
Art. 29.	180
Art. 30.	182
DISPOSIÇÕES FINAIS	
Art. 31.	183
Art. 32.	184
Indenização prévia.....	184
Prévia indenização e precatório.....	185
Dedução das dívidas fiscais da indenização da desapropriação	195
Art. 33.	199
Art. 34.	204
Art. 34-A.	206
Art. 35.	212

DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	212
A proteção ao meio ambiente e o direito de propriedade	216
Desapropriação indireta: prescrição do direito de requerer a indenização e a aquisição do imóvel apossado pelo Estado por usucapião	231
Art. 36.	233
Requisição administrativa	233
Ocupação temporária	239
Art. 37.	241
Art. 38.	242
Art. 39.	243
Art. 40.	244
Art. 41.	247
Art. 42.	248
Art. 43.	249
REFERÊNCIAS	251